



ATA DA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA (HÍBRIDA) DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 3ª SESSÃO LEGISLATIVA. 19ª LEGISLATURA. MANAUS, 17 DE NOVEMBRO DE 2021. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.

Às nove horas e vinte minutos do dia dezessete de novembro do ano dois mil e vinte e um, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **ROBERTO CIDADE**, com a presença dos Deputados: Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Álvaro Campelo, Ângelus Figueira, Belarmino Lins, Cabo Maciel, Carlinhos Bessa, Delegado Péricles, Dermilson Chagas, Dr. Gomes, Doutora Mayara Pinheiro, Fausto Júnior, Felipe Souza, João Luiz, Joana Darc, Ricardo Nicolau, Saullo Vianna, Serafim Corrêa, Sinésio Campos, Tony Medeiros e Wilker Barreto, sendo que as Deputadas Nejmi Aziz e Professora Therezinha Ruiz tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.ºs 84 e 567/2021, respectivamente. **Na Fase Preliminar, sem Expediente a relatar, o Presidente registrou a presença do Ex-Deputado e atual Secretário da Semulsp Sabá Reis. Com a palavra, o Deputado Serafim Corrêa** voltou a criticar a falta de transparência no pregão do Tribunal de Contas do Estado para a construção de um muro e uma fachada e desejou sucesso ao novo Presidente da Corte, eleito ontem. Em outro tema, comentou as nomeações para a Superintendência da Suframa e repudiou o fato de o cargo de Superintendente estar sendo “moeda de troca” para aprovação da PEC dos Precatórios. Concluiu parabenizando a eleição do Senhor Jean Cleuter para a Presidência da OAB-Seccional Amazonas. **Na sequência, o Deputado Wilker Barreto** considerou um absurdo o interior do Estado ainda não ter a modalidade urgência-emergência, sem leito de UTI, com exceção de Parintins, embora o Amazonas tenha vivido um caos durante a pandemia da Covid-19, como também o fato de o Hospital Francisca Mendes receber apenas dois milhões em investimento. Formalizou um Requerimento convidando o Secretário de Saúde a apresentar um Plano de Enfrentamento à questão da carência na área da saúde como falta de cateterismo e ausência de leitos no Hospital 28 de Agosto. **Após, Deputado Carlinhos Bessa** repercutiu as ações da CPI da Amazonas Energia explicando que, ontem, a oitiva foi com a Assessoria da Empresa que alegou ter prejuízo com a concessão e, por isso, os investimentos na área ainda são incipientes. Informou que a empresa se comprometeu em resolver o problema de energia da população





Em seguida, o Deputado Ângelus Figueira comunicou que formalizou um Indicativo ao Governo sugerindo um novo Modelo Econômico para o Estado do Amazonas, com um Plano Estratégico de Manejo Florestal e Recursos Hídricos, fundamentado nos pronunciamentos da COP26. Reiterou que o Modelo garante a preservação da floresta e a manutenção dos nossos mananciais. **Dando prosseguimento, o Deputado Delegado Pércles** cumprimentou os servidores da SES-AM presentes na galeria do plenário e manifestou apoio à causa de melhores salários. Em outro tema, repudiou a nota emitida pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado) que atacou as cobranças legítimas e verdadeiras proferidas pelo Deputado Serafim Corrêa, argumentou que o pregão não foi transparente e o Projeto Básico tem alguns valores superfaturados. Afirmou que o TCE como órgão de controle deveria dar exemplo de transparência. **No Grande Expediente, concedeu a palavra ao Deputado Adjuto Afonso** que também se dirigiu aos servidores da SES-AM e parabenizou o novo Presidente da OAB- Seccional Amazonas. Em outro assunto, comemorou o lançamento do Cartão Auxílio-Permanente e pediu que as feiras fossem cadastradas para receber o cartão. Protocolou um Requerimento solicitando ao Governo que estendesse a realização do concurso da polícia para a Calha do Purus colocando um polo na região. **Em aparte, Deputado Álvaro Campelo** informou que esse pedido já havia sido feito por ele, mas concordava que o Parlamentar reforçasse. **Acolhido o aparte, Deputado Adjuto Afonso** sugeriu que fosse criado um polo em cada Calha de Rio. Em outro tema, pediu que o prazo para o cadastramento da CNH Social de 5 dias fosse ampliado. **Em aparte, Deputado Wilker Barreto** concordou com a extensão do prazo uma vez que a internet no interior é muito ruim. **Ainda dentro do seu bloco partidário, o Deputado Adjuto Afonso fez uma Cessão de Tempo em favor dos Conselheiros José Daniel Serrão e Hildo Almeida da Silva, conforme Requerimento n.º 5565/2021, de sua autoria. Com a palavra, o Conselheiro Tutelar José Daniel** discursou sobre as dificuldades enfrentadas pelo Conselho Tutelar principalmente no quesito ferramentas e lembrou que durante a pandemia os Conselheiros foram incansáveis devido a violação dos direitos das crianças e adolescentes que passaram a ficar mais tempo em casa. **Da tribuna, o Conselheiro Hildo Almeida da Silva** discorreu sobre os desafios vividos pelo Conselho Tutelar na sociedade, já que muitos familiares não conhecem a missão do Conselho que não é de assistencialismo, mas sim de fiscalização visando cumprir os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Concluiu pedindo que a Casa apresente ao Orçamento políticas públicas voltadas ao Conselho e agradeceu ao Deputado Adjuto Afonso.





pelo tempo disponibilizado. **Manifestaram-se os Deputados:** **Álvaro Campelo** parabenizou o Deputado Adjuto Afonso pela iniciativa e defendeu valorização e respeito aos Conselheiros. Observou que ser Conselheiro Tutelar no interior é pior ainda, por esse motivo apresentou emendas a fim de dar uma estrutura melhor para que os Conselhos exerçam suas atividades; **Wilker Barreto** também elogiou a iniciativa e sugeriu que os Conselhos propusessem emendas coletivas com o intuito de sensibilizar o Governo que é o detentor do Orçamento; **Joana Darc** assegurou recursos para os Conselhos assim como fez ano passado e elencou todas as ações que já realizou voltadas a valorizar os Conselhos Tutelares. **Neste momento, o Presidente Roberto Cidade encerrou a Cessão de Tempo e concedeu Comunicação de Liderança ao Deputado Wilker Barreto** que cobrou do Líder de Governo uma reunião com o Secretário de Saúde a fim de discutir a pauta dos servidores da SES-AM. **Ato contínuo, o Presidente suspendeu o Grande Expediente e iniciou a Ordem do Dia, aprovando, com anuência do Plenário, as Atas das Sessões Ordinárias 106, 107 e 108 e das Sessões Especiais 63, 64 e 65. Após, o Secretário-Geral, Deputado Delegado Péricles** procedeu à leitura de um Requerimento e da posterior Pauta de Votação, nos termos do Regimento Interno: **Requerimento n.º 5704/2021, de autoria do Deputado João Luiz, “REQUER** Dispensa de Interstício ao Projeto de Resolução Legislativa n.º 29/2021 que altera o inciso XI do artigo 120 da Resolução Legislativa n.º 469, de 19 de março de 2010”. **Em votação, aprovado; 1. Projeto de Lei n.º 416/2021, oriundo da Mensagem Governamental n.º 98/2021, “Institui, no âmbito do Estado do Amazonas, o Dia do Agente Ambiental Voluntário - AAV, e dá outras providências”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); e de Cultura e Economia Criativa (Relator: Deputado Saullo Vianna). Em votação, aprovado; 2. Projeto de Lei n.º 518/2021, oriundo da Mensagem Governamental n.º 125/2021, “Altera, na forma que especifica, a Lei n.º 2.271, de 10 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre o Regime Peculiar dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Amazonas - Estatuto do Policial Civil - e dá outras providências.”, e revoga o artigo 3.º da lei n.º 2.634, de 09 de janeiro de 2001”. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu emendas modificativas do Relator: Deputado Delegado Péricles. Recebeu Parecer Conjunto Favorável, nos termos das emendas apresentadas, das Comissões de Assuntos Econômicos; de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos; e de Segurança Pública e de Política sobre Drogas (Relator: Deputado Delegado Péricles). **Em discussão, os Deputados: Dermilson Chagas quis saber****





quais as mudanças no Regime Peculiar dos Funcionários da Polícia Civil; **Delegado Péricles** esclareceu que o Projeto faz alterações necessárias ao concurso da polícia civil objetivando a permanência de cinco anos de todos os cargos no interior e explicou que o edital não pode ser contrário à Lei, por isso a necessidade de alterá-la; **Wilker Barreto** afirmou que é a favor da permanência, no entanto defendeu a rotatividade dentro do mesmo interior e declarou seu voto favorável. **Em votação, aprovado; 3. Projeto de Lei n.º 532/2021, oriundo da Mensagem Governamental n.º 128/2021**, “Altera, na forma que especifica, a Lei n.º 5.635, de 1.º de outubro de 2021, que 'Autoriza o Poder Executivo do Amazonas a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com a garantia da União, e dá outras providências”. Recebeu emenda do Deputado Dermilson Chagas. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos da emenda apresentada (Relator: Deputado Delegado Péricles). A Comissão de Assuntos Econômicos emitiu Parecer Favorável ao projeto em sua forma original, sendo contrário à emenda apresentada (Relator: Deputado Saullo Vianna). **Em discussão, os Deputados: Dermilson Chagas** perguntou qual parecer estava sendo aprovado; **Presidente** informou que estaria sendo votado o parecer na sua forma original; **Dermilson Chagas** pediu destaque para a sua emenda que colocaria a palavra saneamento que foi suprimida pelo Relator; **Wilker Barreto** questionou a Comissão de Constituição, Justiça e Redação que aprovou a Emenda e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que rejeitou e pontuou que a CAE só teria competência para rejeitar se fosse uma emenda de Orçamento; **Sinésio Campos** observou que a matéria deveria passar pela sua Comissão e que houve a supressão do artigo 2º que foi colocado de forma genérica e que era necessário conter o saneamento básico no Projeto. Reiterou que a discussão não seria em torno do empréstimo, mas sim a questão do saneamento básico. Sugeriu que o Projeto fosse retirado de Pauta e encaminhado à sua Comissão; **Delegado Péricles** explicou que a emenda do Deputado Dermilson Chagas apenas detalhou melhor a redação do artigo e pediu que os colegas votassem a favor da emenda e depois o texto original do Projeto; **Felipe Souza** sugeriu que fosse incluído na Redação Final o termo saneamento básico no artigo 2º; **Sinésio Campos concordou** com a sugestão; **Delegado Péricles** observou que o Parecer da CAE não faz sentido e que o artigo 2º não deveria ser suprimido. Neste momento, o Deputado Carlinhos Bessa assumiu a Presidência e colocou a Emenda do Deputado Dermilson Chagas em votação, sendo aprovada por unanimidade. **Em votação, o Projeto de Lei n.º 532/2021 foi aprovado por**





unanimidade. Após, retornou à Presidência o Deputado Roberto Cidade que retirou de Pauta os itens de 4 a 19 referentes aos Projetos de Lei n.º 334/2019, 478/2019, 491/2019, 559/2019, 706/2019, 94/2020, 317/2020, 334/2020, 444/2020, 446/2020, 465/2020, 531/2020, 19/2021, 113/2021, 272/2021, 517/2021 e o Projeto de Resolução Legislativa n.º 29/2021, justificando a retirada pela presença em Plenário do Prefeito e Vice-Prefeito de Manaus, Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Manaus e os Secretários Municipais de Limpeza Pública e de Comunicação. Questão de Ordem, o Deputado Álvaro Campelo pediu que os Projetos de sua autoria fossem aprovados. **Ato contínuo, o Presidente colocou em votação os itens: 20. Projeto de Resolução Legislativa n.º 9/2021, de autoria do Deputado Álvaro Campelo, “Concede a Medalha de Mérito Jurídico Ministro José Bernardo Cabral ao Doutor José Bernardo Cabral, Ex-Ministro da Justiça, Ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Ex-Presidente da Câmara dos Deputados”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relatora: Deputada Professora Therezinha Ruiz); e da Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Serafim Corrêa). Em votação, aprovado; 21. Projeto de Resolução Legislativa n.º 39/2021, de autoria do Deputado Álvaro Campelo, “Concede a Medalha Ruy Araújo à Excelentíssima Desembargadora do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Doutora Joana dos Santos Meirelles”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relatora: Deputada Professora Therezinha Ruiz); e da Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Pércles). Em discussão, os Deputados Wilker Barreto, Roberto Cidade e Belarmino Lins subscreveram a matéria pela justa homenagem. Em votação, aprovado. Na sequência aprovou com anuência do Plenário, a Redação Final dos Projetos de Lei n.º 416/2021, 518/2021 e 532/2021 e dos Projetos de Resolução Legislativa n.º 9/2021 e 39/2021. Em seguida, encaminhou às Comissões 11 Projetos de Lei, sendo 9 de autoria do Deputado Ricardo Nicolau “DISPÕE sobre as medidas de segurança a serem adotadas por instituições financeiras que emitem cartões de crédito e débito pela modalidade de aproximação Near Field Communication e Contactless”, “DISPÕE sobre a criação do Programa de Incentivo à Prática de Futebol Feminino no Estado do Amazonas, e dá outras providências”, “DISPÕE sobre a garantia de acessibilidade dos deficientes visuais aos projetos culturais patrocinados ou fomentados com verba pública estadual”, “INSTITUI a criação do Programa Educação Fiscal na Escola e dá outras providências”, “INSTITUI o Dia Estadual da Escuta”, “DISPÕE sobre a obrigatoriedade de os hospitais destinatários de**





recursos do tesouro estadual abrirem vagas pra estagiários de escolas de enfermagem na forma que menciona”, “DISPÕE sobre a Política Estadual de Incentivo à Iniciação da Pesquisa Científica nas Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Amazonas”, “INSTITUI a criação, em caráter permanente, do Conselho Estadual para Estudos de Viabilidades e Interesses Municipais para Instalação de Unidades Prisionais no Estado do Amazonas”, “OBRIGA a disponibilização de produtos antissépticos em banheiros de uso coletivo para higienização dos assentos sanitários”, “DISPÕE sobre a proibição, no território estadual, da denominação de vias ou logradouros com nome de pessoa que tenha contra si representação julgada procedente pela Justiça, com decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado”, **1 de autoria da Deputada Doutora Mayara Pinheiro Reis** “DISPÕE sobre a proibição, no território estadual, da denominação de vias ou logradouros com nome de pessoa que tenha contra si representação julgada procedente pela Justiça, com decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado”, **1 de autoria dos Deputados Sinésio Campos, Carlinhos Bessa e Dermilson Chagas** “DISPÕE sobre a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias do serviço de fornecimento de energia elétrica e água notificar previamente o consumidor, por meio de carta com aviso de recebimento (AR), da necessidade de se fazer inspeção ou vistoria técnica no medidor” e **1 Projeto de Resolução Legislativa de autoria do Deputado Ângelus Figueira** “Cria a Frente Parlamentar Brasil China-Amazonas”. **Ato contínuo**, deferiu os **Requerimentos** dos seguintes **Deputados: Joana Darc** 5630/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Alvarães), n.º 5631/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Amaturá), n.º 5632/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Anamá), n.º 5633/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Apuí), n.º 5634/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Atalaia do Norte), n.º 5635/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Barreirinha), n.º 5636/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Benjamin Constant), n.º 5637/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Beruri), n.º 5638/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos), n.º 5639/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Boca do Acre), n.º 5640/2021 ((ao Presidente da Câmara Municipal de Borba), n.º 5641/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Caapiranga), n.º 5642 e 5643/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Canutama – Requerimentos Repetidos), n.º 5444/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Carauari), n.º 5645/2025 (ao Presidente da Câmara Municipal de Careiro Castanho), n.º 5646/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Careiro da Várzea), n.º 5647/2021 (ao





Presidente da Câmara Municipal de Coari), n.º 5648/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Codajás), n.º 5649/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Eirunepé), n.º 5650/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Envira), n.º 5651/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Fonte Boa), n.º 5652/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Guajará), n.º 5653/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Ipixuna), n.º 5654/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Iranduba), n.º 5655/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara), n.º 5656/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Itamarati), n.º 5657/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Humaitá), n.º 5658/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Itapiranga), n.º 5659/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Japurá), n.º 5660/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Juruá), n.º 5661/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Jutai), n.º 5662/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Lábrea), n.º 5663/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Manacapuru), n.º 5664/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Manaquiri), n.º 5665/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Manaus), n.º 5666/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Manicoré), n.º 5667/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Marãã), n.º 5668/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Maués), n.º 5669/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Nhamundá), n.º 5670/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte), n.º 5671/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Novo Airão), n.º 5672/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Aripuanã), n.º 5673/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Parintins), n.º 5674/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Pauini), n.º 5675/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo), n.º 5676/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva), n.º 5677/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro), n.º 5678/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá), n.º 5679/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira), n.º 5680/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de São Paulo de Olivença), n.º 5681/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã), n.º 5682 e 5683/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Silves – Requerimentos Repetidos), n.º 5684/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Tabatinga), n.º 5685/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Tapauá), n.º 5686/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Tefé), n.º 5687/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Tonantins), n.º 5688/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Uarini), n.º 5689/2021 (ao Presidente da Câmara Municipal de Urucará), n.º 5690/2021 (ao Presidente da Câmara





Municipal de Urucurituba); **Professora Therezinha Ruiz** n.º 5691/2021 (à Marinha), n.º 5692/2021 (à Procuradoria da União no Amazonas), n.º 5693/2021 (à PGE), n.º 5694/2021 (à Procuradoria-Geral do Município de Manaus); **Ricardo Nicolau** n.º 5695, 5696 e 5699/2021 (todos à SES-AM), n.º 5697/2021 (ao Governo do Amazonas), n.º 5698/2021 (à Seinfra); **Cabo Maciel** n.º 5700/2021 (ao Diretor-Geral da TIM); **Roberto Cidade** n.º 5701 e 5702/2021 (Moção de Aplausos), n.º 5703/2021 (Sessão Especial dia 2 de dezembro), 5705/2021 (Sessão Especial dia 13 de dezembro); **Tony Medeiros** n.º 5706/2021 (Sessão Especial dia 18 de novembro). **Dando prosseguimento**, anunciou a **Pauta de Tramitação** que constou da **Proposta de Emenda à Constituição n.º 6/2021**, de autoria do Deputado Dermilson Chagas (**em quinto dia**); **Projetos de Lei Ordinária n.º 568/2021**, de autoria do Deputado Dermilson Chagas; **n.º 569/2021**, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa, **n.º 570/2021**, de autoria do Deputado Roberto Cidade (**estes em terceiro dia**); **Projetos de Lei Ordinária n.º 571/2021**, de autoria do Deputado João Luiz; **n.ºs 573, 574, 575, 576, 577, 578 e 579/2021**, de autoria da Deputada Joana Darc, **n.º 580/2021**, de autoria da Deputada Mayara Pinheiro Reis, **n.º 581/2021**, de autoria do Deputado Saullo Vianna; **n.ºs 582 e 583/2021**, oriundos do Ministério Público do Amazonas; **n.º 555/2021**, oriundo da Mensagem Governamental n.º 132/2021, (**estes em segundo dia**); **Projetos de Resolução Legislativa n.º 42 e 70/2021**, de autoria do Deputado João Luiz, “Altera os incisos I, II e III do artigo 112 da Resolução Legislativa n.º 469, de 19 de março de 2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Prazos de apresentação de emendas nas comissões)””; “Acrescenta a alínea k ao inciso VI do artigo 27 da Resolução Legislativa n.º 469, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Audiências de Conciliação na Comissão de Defesa do Consumidor)””; **Propostas de Emenda à Constituição n.º 8/2021**, de autoria da **Deputada Joana Darc**, “Altera dispositivos da Constituição do Estado do Amazonas para incorporar-lhes a nomenclatura “pessoa com deficiência”, utilizada pela Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência””; **n.º 10/2021**, de autoria do **Deputado Saullo Vianna**, “Altera, na forma que especifica, o art. 114 da Constituição do Estado do Amazonas, e dá outras providências (Polícia Penal)””; **Projetos de Lei n.º 584/2021**, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa, “Dispõe sobre aquisição de gêneros alimentícios da agricultura, pesca e aquicultura familiar juntos aos produtores rurais, associações, e cooperativas credenciadas junto à ADS – Agência de Desenvolvimento





Sustentável do Amazonas – para doação simultânea à famílias de baixa renda e em vulnerabilidade social identificada pela Secretaria do Estado de Assistência Social – SEAS, Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC e Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza – FPS”; **n.º 585/2021, de autoria do Deputado Sinésio Campos**, “Fixa teto para a cobrança de taxas de licenciamento de execução de obras e edificações no âmbito da Região Metropolitana”; e **Projeto de Resolução Legislativa n.º 82/2021, de autoria do Deputado Saullo Vianna**, “Cria a Frente Parlamentar de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas e dá outras providências” (**estes em primeiro dia**). **Encerrada a Ordem do Dia, o Presidente Roberto Cidade** retomou o **Grande Expediente** e concedeu a palavra ao **Prefeito de Manaus David Almeida** que cumprimentou todos e solicitou da Casa recursos para investir em Manaus. Informou que esteve no Congresso Nacional pedindo recursos à Bancada do Amazonas e foi atendido. Fez um balanço de sua gestão até aqui e comemorou a aplicação de três milhões de doses de vacina contra a Covid-19 em Manaus. Anunciou o recapeamento de dez mil ruas, sendo que Manaus tem dezessete mil ruas e quatro mil já foram recapeadas com o Plano de Inverno. Reconheceu que há problemas na cidade de Manaus, mas que sua gestão está empenhada em resolver. Comunicou que a Prefeitura já conseguiu alcançar 72 (setenta e dois) por cento de cobertura de saúde básica sendo que a meta era 75 (setenta e cinco) por cento em quatro anos. Finalizou agradecendo a receptividade de todos. **Manifestaram-se os Deputados: Serafim Corrêa** destinou sua emenda de bancada ao Memorial Encontro das Águas e outra emenda para a saúde e para o Laboratório Sebastião Marinho; **Abdala Fraxe** manifestou alegria com a presença do amigo David Almeida e destinou dois milhões de reais para a saúde de Manaus; **Ricardo Nicolau** observou que sempre contemplou a cidade de Manaus com suas emendas e este ano disponibilizará recursos para a educação; **Joana Darc** elogiou a execução dos recursos pelo Prefeito David Almeida e comprometeu-se em destinar dois milhões de reais; **Sinésio Campos** parabenizou o gesto do Prefeito e a sua gestão, destinou emendas para a infraestrutura da cidade; **Adjuto Afonso** destinou dois milhões para a modernização do São Raimundo; **Wilker Barreto** reforçou a necessidade de equipar melhor a saúde e se comprometeu a contribuir com a cidade de Manaus; **Delegado Pércles** parabenizou o Prefeito por unir forças em prol de Manaus e prometeu destinar um milhão de reais ao CSU e mais um milhão para saúde e educação; **João Luiz** também parabenizou o Prefeito pela excelente gestão e prometeu destinar um milhão de reais para o esporte; **Feline Souza** elogiou





a iniciativa do Prefeito de vir à Casa e contribuiu com um milhão de reais em emendas; **Dermilson Chagas** felicitou o Prefeito pela gestão e prometeu destinar recursos às feiras de Manaus. **Neste momento, o Presidente Roberto Cidade** também se comprometeu a destinar dois milhões de reais para a saúde e agradeceu a presença de todos. **Nada mais ocorrendo**, foi a presente encerrada e convocada a Reunião Ordinária (Híbrida) de amanhã à hora regimental. E, **para constar**, eu, **Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente

Secretário

